

Mário Bruno Pastor

João de Gante
O Avô Inglês da Ínclita Geração

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

ÍNDICE GERAL

PÁG. 9

Prefácio

Um lugar na História

PÁG. 17

Introdução

A biografia enquanto
registo historiográfico

PÁG. 23

João de Gante

Personagem e personalidade

PÁG. 33

Primeiros anos

PÁG. 57

Ascensão

PÁG. 73

Afirmação externa

PÁG. 91

Declínio e pretensões

PÁG. 109

Novos Insucessos

PÁG. 123

Entre tronos
A Inglaterra instável

PÁG. 151

Regresso à Península Ibérica

PÁG. 177

A ascensão de Avis

PÁG. 225

Conclusão

PÁG. 239

Bibliografia sumária

PREFÁCIO UM LUGAR NA HISTÓRIA

Live in thy shame, but die not shame with thee!
William Shakespeare, Ricardo II, Ato II, cena 1

Quando alguém que de Shakespeare pouco sabe o traz para epígrafe de um breve prefácio, o risco de nisso verem pedantismo é elevado. Que seja! A evocação de João de Gante lembra, de imediato, a fala que tal figura histórica, convertida em personagem dramática pelo poeta inglês, dirige ao rei que dá título à peça «Ricardo II», também ele presente nas páginas deste livro. Traduzindo o inglês quinhentista, teremos algo assim: «Vive na tua vergonha, mas a vergonha não morrerá contigo».

Essa fala, recordada nitidamente a partir de uma produção da BBC, em que o nosso protagonista, o duque de Lencastre, é corporizado pelo notável Patrick Stewart, traduz algo que podemos sintetizar como a maldição da memória. Um tormento para os vivos em busca da única imortalidade palpável, mas sempre precária: a conquista daquilo a que se chama um lugar na história. Esse tormento resulta não só da

possibilidade do esquecimento, mas também do facto de os imaginarmos bons e maus, os lugares na história, ignorando que o propósito da história não é julgar, contrariamente ao que disse Fidel Castro, prevendo a sua própria absolvição. É um tormento que muitos experimentam ainda em vida, fomentando ou repudiando biografias em que se veem retratados, autorizadas ou por autorizar, sérias ou fantasiosas, plausíveis ou improváveis. Histórias de vidas contadas para servir propósitos pessoais, sejam a redenção do biografado ou, em mercados de grande dimensão onde o género é chave de sucesso, o lucro do biógrafo. Não é esse aqui o caso, seja pela dimensão do mercado português e pelos nossos índices de leitura, seja por se tratar de uma biografia histórica. Porque a história, quando digna desse nome, não busca mais, como se pouco fosse, do que tentar reconstruir o passado em respeito pela verdade que os vestígios atestam. E melhor será não especular aqui sobre o que é ou deixa de ser a verdade.

Importa, sim, pegar na ideia da biografia enquanto género historiográfico, sobre a qual o autor, Mário Bruno Pastor, se debruça logo na introdução a este *João de Gante: o avô inglês da Íncrita Geração*. Não para debater o que por ele é dito, evidentemente, mas para evidenciar a necessidade, pelo menos no microcosmo da historiografia portuguesa, de justificar determinadas opções que possam ainda (cada vez menos, e ainda bem) encontrar alguma resistência nos meios académicos mais tradicionais. Digo *tradicionais* porque o vendaval teórico da historiografia francesa do século xx, que entre nós influenciou a grande massa da produção historiográfica desde o 25 de Abril (em verdade, desde antes disso, com vários autores, por todos Vitorino Magalhães Godinho), já vai

merecendo esse epíteto. Os contributos decisivos da chamada *Escola dos Annales* vieram para ficar, mas já não impende qualquer maldição sobre a história narrativa, o olhar mais atento sobre os protagonistas ou a perspetiva «acontecimental» (aportuguesamento, comum no jargão historiográfico, do francês *l'histoire événementielle*).

Após folhear alguns volumes das biografias dos reis de Portugal, que constituem, entre nós, um marco decisivo para a aceitação da biografia enquanto género historiográfico, cito três diferentes formas de advertência (ou justificação perante os pares) feitas por outros tantos historiadores:

«Não é preciso ser historiador profissional para perceber que não se pode traçar a biografia de uma personagem medeival sem uma grande dose de imaginação» — José Mattoso, biógrafo de D. Afonso Henriques.

«Quase todos os historiadores sonham escrever uma biografia» — Luís Miguel Duarte, biógrafo de D. Duarte.

«...creio que a produção de uma biografia é um dos maiores desafios que se podem colocar ao historiador, pois não está em causa apenas um levantamento e um tratamento de dados» — João Paulo Oliveira e Costa, biógrafo de D. Manuel I e um dos coordenadores científicos da coleção.

Tais ressalvas existem, compreensivelmente, em territórios de fronteira onde a história escrita para os pares se cruza com a história destinada ao público em geral. Mas devem-se também ao facto de, apesar do vertiginoso e prolífico avanço da historiografia a partir da estabilização do regime democrático, tardar em chegar a Portugal algo que noutras paragens já era normal havia muito, a conexão dos especialistas com o público não especializado. Dois exemplos: Georges Duby (1919-1996),

notável medievista francês que foi, também, autor de vasta obra de divulgação e personalidade famosíssima da televisão; A. J. P. Taylor (1906-1990), autor britânico especializado em história diplomática contemporânea e presença assídua nos ecrãs da BBC entre 1950 e 1985.

A divulgação, que Mário Bruno Pastor apresenta como propósito deste livro, é, portanto, também a meta que aqui queremos atingir e à qual estamos a chegar. Mas importa deixar clara esta ideia: não deverá haver dúvidas sobre a classificação da biografia como género historiográfico, do mesmo modo que a escrita da história, quando realmente meritória, pode e deve ser entendida como literatura (não obstante haver, através dos tempos, exemplos de péssima história muito bem escrita).

Passemos, então, à divulgação. E, com ela, a uma história pessoal do livro que o leitor tem em mãos. *João de Gante: o avô inglês da Ínclita Geração* foi título de capa da edição de fevereiro de 2018 da *Jornal de Notícias — História*, revista bimestral de divulgação que tive o privilégio de projetar e que venho coordenando editorialmente desde 2015. Um título dado pelo Mário ao trabalho então publicado (o ponto de partida para o aprofundamento que este volume propicia). Um título que roubei para a capa. Se uma ideia é realmente boa, impõe-se a todas as alternativas que possam ocorrer: está provado à saciedade que azeite, alho, um salpico de vinho branco e coentros, somados a bivalves de superior qualidade, resultam no pitéu que conhecemos por amêijoas à Bulhão Pato; se assim é, sábios seremos se não acrescentarmos ingredientes desnecessários, pois será alta a probabilidade de o resultado ser intragável. O mesmo sucede com um bom título, que nos

diz de quem falamos, de onde era e, por via da descendência, o que representou para nós, portugueses: o avô da prole de D. João I, descrita pelas palavras de Camões: «Mas para defesa dos Lusitanos/Deixou, quem o levou, quem governasse/ E aumentasse a terra mais que dantes:/ Ínclita geração, altos Infantes.»

Poderão alguns, porventura, ver nessa designação um toque nacionalista que contradiz algumas tendências recentes, centradas na ideia de que o nosso progresso enquanto sociedade está dependente da eliminação de todas as referências, mais ou menos explícitas, a qualquer tipo de passado colonial ou imperial. O mesmo se aplicando à retórica glorificadora de Camões, indesejável entre os historiadores, mas, felizmente, permitida ao grande poeta, ao fazer epopeia do percurso de uma nação que já se entendia como tal. Obviamente, uma obra como *Os Lusíadas* pode, além de todas as análises literárias que suscitou, suscita e suscitará, ser sujeita à crítica histórica: em que circunstâncias foi escrita, qual o contexto, quais as motivações não artísticas do poeta, se acaso as teve... Não é isso, todavia, que está aqui em causa. Partindo do princípio de que há algum sentido de pertença comum a quem habita este território, ajudando a formar a sempre mutante comunidade nacional e enquadrado por um quadro legal e administrativo específico, tal não será possível sem determinados referenciais simbólicos que mal não fazem: «Ínclita geração» não é, obviamente, um conceito da historiografia. Também não é algo que nos distinga de outros povos ou nos torne numa especificidade que se pode isolar de toda a espécie humana, tampouco um sinal de *portugalidade*, conceito que a propaganda do Estado Novo desenvolveu

para este se justificar a si mesmo, justificando-nos a todos. «Ínclita geração» é, simplesmente, um entre muitos sinais que nos ajudam a fazer a ponte com o passado e a criar alguma identidade coletiva que, evidentemente, não impede a abertura ao outro ou o cosmopolitismo próprio de uma sociedade deste tempo.

Evidentemente, Mário Bruno Pastor sabe que a «Ínclita geração» não é um conceito da historiografia. Todavia, é um historiador que compreende a importância da divulgação e que, por isso, sabe que não é possível ter êxito sem desenvolver a arte de comunicar a públicos vastos e diversificados, que passa sempre pela capacidade de seduzir. É algo que ainda nos faz falta, mas muito injustos seríamos se culpássemos disso apenas os historiadores, muitas vezes empurrados para um certo hermetismo discursivo pelo próprio meio acadêmico em que se movimentam e no qual têm de gerir, sob pressões de toda a ordem, o progresso das suas carreiras profissionais. Reconheça-se, todavia, que o panorama é, hoje, muito melhor do que há uma vintena de anos. Existe, de facto, uma apetência maior pela história, que faz com que se publique mais e com que revistas como a *JN História* consigam ter o seu espaço, num país em que os níveis de leitura se mantêm muito baixos e em que a generalidade da comunicação de massas contribui para que assim seja. E há uma maior apetência dos historiadores por tomarem os lugares que lhes cabem, no mundo da divulgação. Também disso a revista é um bom barómetro, na medida em que facilmente se tornou atrativa para a comunidade científica, que lê e que quer publicar. Mas que não é, evidentemente, o principal público-alvo. Desde o início,

o nosso posicionamento assenta na ideia de veicular conhecimento sério, atualizado e acessível. No princípio de atrair tanto leigos como eruditos.

Esse é, evidentemente, o principal desafio da divulgação em história. E algo que, decididamente, apaixona Mário Bruno Pastor, que, para nosso privilégio, tem publicado artigos de enorme interesse e sucesso na *JN História*. Um deles, já o sabemos, está na origem deste livro, e editá-lo teve como único constrangimento as limitações de espaço, uma cruz que as publicações periódicas — com número de páginas fixo, critérios de alinhamento e regras estritas de *design* gráfico — sempre levam às costas. Uma cruz a seu modo leve, porque carregá-la significa aprender. Neste caso não apenas a história de um filho de rei que a todo o custo queria sê-lo também, rei, mais não conseguindo do que autoproclamar-se rei de Castela sem o ter sido de facto. O percurso de vida daquele que foi, indubitavelmente, um dos homens mais poderosos do seu tempo é uma porta de entrada para o entendimento da Guerra dos Cem Anos, para enquadrar a afirmação de uma nova dinastia em Portugal, no final do século XIV, para dar sentido à vetusta aliança do nosso país com Inglaterra, sempre tão presente nos discursos políticos do presente...

Para que serve? Pode parecer néscia a formulação desta pergunta, mas é a pergunta que, sempre que a democracia dá sinais de fraqueza, é colocada por decisores políticos que valorizam sociedades tecnocráticas. E se a produção historiográfica não decorre desse carácter utilitário, já a divulgação, séria e rigorosa, deve ter presente que serve para alguma coisa. Não é a chave para a compreensão do mundo,

PREFÁCIO

mas é matéria-prima dessa mesma chave. Matéria-prima essencial, não dispensável. Conhecer o passado é prerrogativa estruturante para a produção de conhecimento, de um modo geral. A única pista que temos para tentar vislumbrar o futuro.

Pedro Olavo Simões
Porto, julho de 2021

João de Gante, príncipe da Inglaterra Plantageneta, foi um dos filhos mais novos de Eduardo III, não estando destinado a reinar. Todavia, ousou desafiar o seu lugar social predefinido para perseguir o sonho de ser rei algures no estrangeiro. A sua vida errante vai desde os conflitos internos da insidiosa política londrina até aos vales incendiados da França e da Aquitânia durante a chamada Guerra dos Cem Anos. Cruzou-se também com a violenta Ibéria do século XIV. Prestou auxílio a D. Fernando de Portugal e ao meio-irmão deste, D. João, mestre de Avis, a quem entregaria a mão da filha, Filipa de Lencastre. Pai de dinastias, avô da expansão marítima portuguesa, Gante é também o arquétipo da ambição e da velha cultura de cavalaria. Batizou-se na guerra ao lado do seu temível irmão, o Príncipe Negro e disputou, em Portugal, o comando do exército com o próprio Nuno Álvares Pereira. Combateu nas linhas da frente contra dois monarcas de Castela, mas conheceu quase sempre o sabor amargo da derrota. A sua biografia é uma viagem imersiva à complexa Europa do século XIV.

ISBN 978-972-27-3020-4



9 789722 173020 4